



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXVII — Nº 85

QUINTA-FEIRA, 7 DE SETEMBRO DE 1972

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO DA ATA DA 96^a SESSÃO, EM 6 DE SETEMBRO DE 1972

1 — ABERTURA

2 — EXPEDIENTE

2.1 — Aviso do Sr. Ministro da Indústria e do Comércio

AV/GM/N.^o 82, de agradecimento pela autorização dada ao Ministério para o uso do computador do Senado Federal, após o horário do expediente normal.

2.2 — Ofício do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

N.^o 298/DDC-P, solicitando a concessão, com os encargos inerentes, de terminal do serviço de computação legislativa que está sendo implantado no Senado Federal.

2.3 — Requerimento

N.^o 98/72, de autoria do Sr. Senador Filinto Müller, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, do discurso pronunciado na Ilha do Fundão, na Guanabara, pelo Presidente Emílio Garrastazu Médici, no instante em que era inaugurada a primeira parte da Cidade Universitária do Rio de Janeiro.

2.4 — Discurso do expediente

SENADOR RUY SANTOS — Discurso pronunciado pelo Ministro Orlando Geisel em agradecimento à saudação dos Ministros da Marinha e da Aeronáutica no transcurso do "Dia do Soldado".

3 — ORDEM DO DIA

Redação final do Projeto de Resolução n.^o 41, de 1972, que suspende a proibição contida nas Resoluções n.^o 58, de 1968, e n.^o 79, de 1970, para permitir que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul aumente o limite de endividamento público, com a emissão de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Estadual. Aprovada, à promulgação.

Projeto de Lei do Senado n.^o 18, de 1972, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que acrescenta um parágrafo ao art. 317, do Código Civil, e dá outras providências. Discussão encerrada, em 2.^o turno, após leitura de emenda de plenário. A Comissão de Constituição e Justiça.

4 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão. Encerramento.

5 — Atas das Comissões

6 — Composição das Comissões Permanentes.

Petrônio Portella — Helvídio Nunes — Virgílio Távora — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Duarte Filho — Jessé Freire — Domicio Gondim — Ruy Carneiro — Paulo Guerra — Wilson Campos — Arnون de Mello — Teotônio Vilela — Leandro Maciel — Lourival Baptista — Antônio Fernandes — Ruy Santos — Carlos Lindenbergs — Paulo Torres — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Magalhães Pinto — Benedito Ferreira — Emíval Caiado — Osires Teixeira — Fernando Corrêa — Filinto Müller — Mattos Leão — Ney Braga — Antônio Carlos — Celso Ramos — Lenoir Vargas — Daniel Krieger — Guido Mondin — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenbergs) — A lista de presença acusa o comparecimento de 48 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1.^o-Secretário procederá à leitura do expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

AVISO

DO SR. MINISTRO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

Nos seguintes termos:

AV/GM/N.^o 82

Em 4 de setembro de 1972

Senhor Senador,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para transmitir-lhe meus agradecimentos pela autorização dada ao Ministério da Indústria e do Comércio para o uso do computador /370, Mod. 155 do Senado Federal, após o horário do expediente normal.

ATA DA 96.^a SESSÃO EM 6 DE SETEMBRO DE 1972

2.^a Sessão Legislativa Ordinária da 7.^a Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. CARLOS LINDENBERG

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Geraldo Mesquita — Flávio Britto — José Lin-

doso — José Esteves — Cattete Pinheiro — Milton Trindade — Renato Franco — Alexandre Costa — Clodomir Milet — José Sarney — Fausto Castelo-Branco —

EXPEDIENTE
SERVÍCIO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Superintendente

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Chefe da Divisão Administrativa

ÉLIO BUANI
Chefe da Divisão Industrial

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 20,00
Ano	Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre	Cr\$ 40,00
Ano	Cr\$ 80,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido
de Cr\$ 0,02)

Tiragem: 15.000 exemplares

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de minha estima e distinta consideração. — Marcus Vinicius Pratini de Moraes.

OFÍCIO

DO SR. PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nos seguintes termos:

Niterói, 18 de agosto de 1972

OF n.º 298/DDC-P

Assunto: Serviço de computação legislativa.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de solicitar a indispensável intervenção de Vossa Excelência no sentido de ser concedida a este Tribunal de Justiça, com os encargos inerentes, uma terminal do serviço de computação legislativa que está sendo implantado nessa Casa do Congresso Nacional.

2. No ensejo cabe-me esclarecer que o assunto já foi objeto de entendimento mantido, em nosso interesse, pelo ilustre Senador Paulo Tôrres, de nosso Estado.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e mui distinta consideração. — Amaro Martins de Almeida, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenbergs) — O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO
N.º 98, de 1972

Requeiro, nos termos do Regimento Interno, a inserção, nos Anais do Se-

nado, do discurso pronunciado ontem, na Ilha do Fundão, na Guanabara, pelo eminente Chefe da Nação, Presidente Emílio Garrastazu Médici, no instante em que era inaugurada a primeira parte da Cidade Universitária do Rio de Janeiro, discurso em que são determinados os propósitos dos governos da Revolução no setor educacional brasileiro.

Sala das Sessões, em 6 de setembro de 1972. — Filinto Müller, Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenbergs) — De acordo com o art. 234, § 1.º, do Regimento Interno, o requerimento será submetido a exame da Comissão Diretora.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ruy Santos.

O SR. RUY SANTOS — (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Senador Dinarte Mariz, falando em nome da ARENA, leu ontem, para que constasse dos Anais do Senado, o discurso pronunciado pelo ilustre Chefe do Exército brasileiro, Ministro Orlando Geisel, em agradecimento à saudação que lhe foi dirigida pela Marininha e pela Força Aérea Brasileira, no "Dia de Caxias".

O eminent representante do Rio Grande do Norte leu e comentou as palavras do honrado militar. Há, porém, Sr. Presidente, nesse discurso, outras considerações a serem feitas nesta hora histórica que a Nação brasileira atravessa.

Diz, a certa altura do seu agradecimento, o Ministro Orlando Geisel, a propósito das Forças Armadas:

"Nada valeria o esforço de qualquer delas, se não prevalecesse, na motivação de todas, o sentimento

da monolítica e invulnerável unidade que aceitou o desafio de 31 de março de 1964.

É essa a nossa poderosa arma comum de ataque e de defesa, é esse o nosso mais eficiente instrumento de trabalho, aperfeiçoado no dia-a-dia da integração de nossos esforços. Unidade impermeável, resiste às insidiosas arremetidas de quem lhe procura fissuras por onde possa infiltrar o corrosivo da vaidade e da ambição. Unidade impessoal, sucedem-se os chefes em obediência ao princípio inelutável da renovação; passam os homens, e o legado de cada um é a contribuição desinteressada que mais a fortalece. Unidade disciplinada e patriótica, está comprometida com os governos da Revolução, em sua decisão inabalável de promover saneadora reforma de estrutura, num país que naufragava na irresponsabilidade política, no caos econômico, na intransqüilidade social e na desordem administrativa."

E tem sido, realmente, Sr. Presidente e Srs. Senadores, essa unidade monolítica e inabalável, como disse o Ministro Geisel, o grande fator de paz e tranqüilidade que ora atravessamos; paz facilitadora do trabalho de cada um dos brasileiros; tranqüilidade que permite ao Governo, hora a hora, o empenho com que se devota com êxito no desenvolvimento nacional.

Desapareceu o caos econômico; pôs-se fim à desordem administrativa, como foi dito. É unidade impermeável a qualquer arremetida no esforço de uns pouquíssimos no sentido de abri-lhe "fissuras". Unidade mais necessária neste instante do mundo onde "a sociedade dos homens é sacudida — como disse o Ministro Geisel —, pelo entrechocar de ódios e de ideologias, o

recurso à violência, a contestação da autoridade e da degradação dos costumes cristãos" e de que foi prova, ainda há pouco — dolorosa prova — o que se verificou em Munique com a chacina de atletas israelenses, o que emocionou e revoltou todo o mundo.

Sr. Presidente, o Chefe da Nação, o eminentíssimo Presidente Médici, ao receber a Direção da ARENA, tanto a nacional como as estaduais, pediu a unidade de todos e enfatizou mesmo que o seu Governo se apoiava na Unidade das Classes Armadas, no apoio da opinião pública e na unidade da ARENA, que é o Partido da Revolução.

Unidos estamos, Sr. Presidente, monoliticamente também unidos a serviço do Governo revolucionário, que realiza a prosperidade do País. A opinião pública — quase a totalidade do povo, — atenta, vigilante e consciente, aplaude a obra que a Revolução realiza. Unidas, indissoluvelmente, estão as Classes Armadas. É a união dos brasileiros, é a unidade nacional que nos levará, em pouco à situação privilegiada de um grande País, acionado por um admirável povo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenbergs) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jessé Freire (Pausa.)

S. Ex.^a não está presente.

Não há mais oradores inscritos.

Nenhum dos Srs. Senadores querendo usar a palavra, passamos à

ORDEM DO DIA

Item 1

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.^o 305, de 1972) do Projeto de Resolução n.^o 41, de 1972, que suspende a proibição contida nas Resoluções n.^o 58, de 1968, e n.^o 79, de 1970, para permitir que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul aumente o limite de endividamento público, com a emissão de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Estadual.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar usar a palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do Art. 362, do Regimento Interno.

O projeto aprovado vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

Redação final do Projeto de Resolução n.^o 41, de 1972

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO N.^o , de 1972

Suspender a proibição contida nas Resoluções n.^o 58, de 1968, e n.^o 79, de 1970, para permitir que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul aumente o limite de endividamento público, com a emissão de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

O Senado Federal resolve:

Art. 1.^o É suspensa a proibição constante do artigo 1.^o da Resolução n.^o 58, de 1968, revigorada pela de n.^o 7 , de 1970, ambas do Senado Federal, para permitir que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul possa aumentar em Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros) o limite de endividamento público, com a emissão e lançamento de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Estadual, objetivando com esses recursos dar continuidade à construção, melhoria e pavimentação de rodovias fundamentais ao escoamento da produção rio-grandense.

Art. 2.^o Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenbergs)

Item 2

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado n.^o 18, de 1972, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que acrescenta um parágrafo ao art. 317, do Cód-

digo Civil, e dá outras providências, nos termos do Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça (apresentado em seu Parecer n.^o 255, de 1972), aprovada em 1.^o turno na Sessão de 31-8-72.

Sobre a mesa emenda que vai ser lida pelo Sr. 1.^o-Secretário.

É lida a seguinte:

EMENDA N.^o 1 (2.^o TURNO)

Ao Projeto de Lei do Senado n.^o 18/72.

Acrescentem-se às palavras finais do art. 1.^o ("entre os cônjuges") as expressões:

"recorrendo de ofício à instância superior".

Justificação

A decisão final sobre o desquite, no caso previsto no projeto, não deve caber, exclusivamente ao Juiz da causa, mas, sim, decidida em instância superior.

Este o objetivo da emenda.

Sala das Sessões, em 6 de setembro de 1972. — Nelson Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenbergs) — Discussão do projeto nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça e da emenda que acaba de ser lida.

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser discuti-los, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

A matéria voltará à Comissão de Constituição e Justiça a fim de que se manifeste sobre a emenda apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenbergs) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão.

Designo para a próxima sessão ordinária, a realizar-se dia 8, sexta-feira, a seguinte

ORDEM DO DIA

TRABALHO DAS COMISSÕES

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenbergs) — Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 14 horas e 50 minutos.)

ATA DAS COMISSÕES

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

8.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 1972

As quinze horas do dia trinta e um de agosto de mil novecentos e setenta e dois, na Sala de Reuniões da Comissão do Distrito Federal, sob a presidência do Senhor Senador Cattete Pinheiro, Presidente, estando presentes os Srs. Senadores Eurico Rezende, Benedito Ferreira, Osires Teixeira, Fernando Corrêa, Saldanha Derzi, Heitor Dias, Antônio Fernandes, José Augusto e Adalberto Sena, reúne-se a Comissão do Distrito Federal.

Deixa de comparecer por motivo justificado, o Senhor Senador Dinarte Mariz.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

Iniciando, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Eurico Rezende para leitura do seu relatório sobre o problema jurídico das terras do Distrito Federal.

O Sr. Relator informa a Comissão que ainda não foi possível concluir o relatório, mas que na próxima reunião poderá emitir seu parecer ao problema das terras do Distrito Federal.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião lavrando eu, Claudio Carlos Rodrigues Costa, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

12.ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 1972

As quinze horas do dia trinta e um de agosto de mil novecentos e setenta e dois, na sala de Reuniões da Comissão de Legislação Social, presentes os Srs. Senadores Franco Montoro, Presidente, Eurico Rezende, Heitor Dias, Wilson Campos, Paulo Tôrres e Orlando Zancaner, reúne-se a Comissão de Legislação Social.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Domicio Gondim e Benedito Ferreira.

Ao constatar a existência de número regimental, o Sr. Presidente abre os trabalhos e o Secretário lê a Ata da reunião anterior, que é aprovada sem discussão.

Das proposições constantes da pauta, são relatadas as seguintes:

Pelo Sr. Senador Heitor Dias

— pela aprovação do Projeto de Lei do Senado n.º 31, de 1972, que “estabelece que a sentença normativa da Justiça do Trabalho, fixará, também, um piso salarial ou limite mínimo de remuneração para a categoria profissional e dá outras providências”.

Pelo Sr. Senador Orlando Zancaner

— pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara n.º 16, de 1972, que “cria a Ordem dos Professores do Brasil e dá outras providências”.

Pelo Sr. Senador Paulo Tôrres

— pela aprovação do Projeto de Lei do Senado n.º 33, de 1972, que destina parte da receita da Loteria Esportiva às Santas Casas de Misericórdia, alterando o Decreto-lei n.º 594, de 27 de maio de 1969.”

— pela audiência prévia do Ministério do Trabalho e Previdência Social com relação ao Projeto de Lei do Senado n.º 10, de 1972, que “restaura a aposentadoria com

proventos integrais do ex-combatente segurado do INPS e dá outras providências”.

Os pareceres, após terem sido submetidos à discussão e votação, são finalmente aprovados.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião. Para constar, eu, Marcus Vinicius Goulart Gonzaga, Secretário, lavrei a presente Ata, que, uma vez lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

Relatório correspondente ao mês de agosto de 1972

Presidente: Senador Paulo Guerra

Secretário: J. Ney Passos Dantas

PARECERES PROFERIDOS

— Projeto de Lei da Câmara n.º 300, de 1966 (n.º 3.395-B/63 — na Casa de Origem), que “facilita aos Agrônomos e Veterinários, que se estabelecerem em zona rural, assistência econômica, por meio de empréstimos preferenciais a longo prazo.” — Relator: Senador Flávio Britto. — Conclusão: Parecer preliminar, pela audiência da Comissão de Constituição e Justiça, aprovado em 9-8-72.

DISTRIBUIÇÃO

Em 18-8-72

— Ao Sr. Senador Mattos Leão:

Projeto de Lei da Câmara n.º 25, de 1972, que “denomina de Horto Florestal Dr. Epitácio Santiago a atual Estação Florestal de Experimentação do Ministério da Agricultura, localizada em Lorena, Estado de São Paulo.”

SÍNTESE DOS TRABALHOS

Reunião realizada	1
Parecer proferido	1
Projeto relatado	1
Projeto em tramitação	1
Ofícios expedidos	3
Ofícios recebidos	4

Senado Federal, em 31 de agosto de 1972. — J. Ney Passos Dantas, Secretário da Comissão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Relatório Correspondente ao Mês de Agosto de 1972

Presidente: Senador Daniel Krieger

Secretário: Maria Helena Bueno Brandão

PARECERES PROFERIDOS

Projeto Lei Senado números 18 e 22/71 — Determina que o reajuste das aposentadorias, pensões e outros benefícios do INPS seja feito na mesma data da alteração do salário mínimo, dando nova redação ao art. 67, § 1.º da Lei n.º 3.807 e altera disposições da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960. — Relator: Senador Heitor Dias. — Conclusão: Constitucional e jurídica a emenda de Pleinário. Aprovado. (9-8-72)

Projeto Lei Senado n.º 29/72 — Dispõe sobre a fabricação, o comércio e o uso dos artigos pirotécnicos. — Relator: Senador Nelson Carneiro. — Conclusão: Constitucional e jurídico. Aprovado. (9-8-72)

Projeto Lei Senado n.º 30/72 — Isenta da contribuição para o INPS a prestação de serviços não remunerados

na construção de casas populares pelo mutirão, acrescentando parágrafo único ao art. 7º, VI, da Lei Orgânica da Previdência Social. — Relator: Senador José Augusto. — Conclusão: Constitucional e jurídico, com 1 emenda. Aprovado. (9-8-72).

Projeto Resolução — Comissão Economia à Mensagem n.º 143/72 do Presidente da República, submetendo à deliberação do Senado proposta do Ministro da Fazenda seja levantada a proibição contida na Resolução n.º 58/68, do S.F. — Relator: Senador Antônio Carlos. — Conclusão: Constitucional e jurídico. Aprovado. (9-8-72).

Projeto Resolução — Comissão Economia à Mensagem n.º 144/72 do Presidente da República submetendo ao Senado Federal proposta do Ministro da Fazenda seja levantada proibição contida na Resolução n.º 58/68, do S.F. — Relator: Senador Heitor Dias. — Conclusão: Constitucional e jurídico. Aprovado. (9-8-72).

Projeto Resolução — Comissão Economia à Mensagem n.º 145/72 do Presidente da República submetendo à deliberação do Senado Federal proposta do Ministro da Fazenda seja levantada proibição contida na Resolução n.º 58/68, do S.F. — Relator: Senador José Augusto. — Conclusão: Constitucional e jurídico. Aprovado. (9-8-72).

Projeto Decreto Legislativo n.º 9/72 — Aprova a aposentadoria de Rômulo Gomes Cardim, no cargo de Ministro Classista do Tribunal Superior do Trabalho. — Relator: Senador José Lindoso. — Conclusão: Constitucional e jurídico. Aprovado. (9-8-72).

Projeto Lei Senado n.º 40/71 — Dispõe sobre a instituição de prêmios à pesquisa sobre energia atômica aplicada à medicina, à indústria e à agricultura. — Relator: Senador Helvídio Nunes. — Conclusão: Emenda n.º 1, de Plenário, não sana inconstitucionalidade e juridicidade arguidas. Aprovado, vencido Senador Nelson Carneiro. (16-8-72).

Projeto Lei Câmara n.º 194/68 — Dispõe sobre a garantia recíproca entre proprietário e arrendatário de seringal na Amazônia, visando à intensificação, em grande escala, da cultura da seringueira. — Relator: Senador José Lindoso. — Conclusão: Injurídico. Aprovado. (16-8-72).

Projeto Lei Senado n.º 83/71 — Dispõe sobre a representação contra lei ou ato normativo inconstitucional dirigida ao Procurador-Geral da República, alterando o art. 2º da Lei n.º 4.337, de 1-6-64. — Relator: Senador José Lindoso. — Conclusão: Concedida vista ao Senador Franco Montoro. (16-8-72).

Projeto Lei Senado n.º 100/71 — Estabelece que todas as pessoas que prestem serviços à Administração pública centralizada ou autárquica terão sua situação jurídica regulada pela Consolidação das Leis do Trabalho, sempre que não estiverem amparadas pelo Estatuto dos Servidores Públicos. — Relator: Senador José Lindoso. — Conclusão: As emendas não sanam a inconstitucionalidade arguida. Aprovado, vencido o Senador Nelson Carneiro. (16-8-72).

Projeto Lei Senado n.º 10/72 — Restaura a aposentadoria com proventos integrais do ex-combatente segurado do INPS. — Relator: Senador José Sarney. — Conclusão: Constitucional e jurídico. Aprovado. (16-8-72).

Projeto Lei Senado n.º 18/72 — Acrescenta um parágrafo ao art. 317 do Código Civil. — Relator: Senador José Sarney. — Conclusão: Constitucional e jurídico nos termos da Emenda Substitutiva. Aprovado. (16-8-72).

Projeto Lei Senado n.º 31/72 — Estabelece que a sentença normativa da Justiça do Trabalho fixará, também, um piso salarial ou limite mínimo de remuneração para a categoria profissional. — Relator: Senador Arnon de Mello. — Conclusão: Constitucional. Aprovado. (16-8-72).

Ofício S-20/72 (500/P/MC/72) do Presidente do S.T.F., Recursos Extraordinários números 71.348, 71.200, 71.349 e 72.002. — Relator: Senador Wilson Gonçalves. — Conclusão: Favorável com Projeto Resolução. Aprovado. (16-8-72).

Projeto Lei Câmara n.º 300/66 — Facilita aos Agrônomos e Veterinários que se estabelecerem em zona rural assistência econômica, por meio de empréstimos preferenciais a longo prazo. — Relator: Senador Arnon de Mello. — Conclusão: Injurídico. Aprovado. (16-8-72).

Projeto Lei Senado n.º 33/72 — Destina parte da receita da Loteria Esportiva às Santas Casas de Misericórdia, alterando o Decreto-lei n.º 594, de 27-5-69. — Relator: Senador Heitor Dias. — Conclusão: Constitucional e jurídico. Aprovado. (23-8-72).

Projeto Lei Câmara n.º 12/72 — Dispõe sobre a inscrição em prova de habilitação à livre-docênciaria. — Relator: Senador Heitor Dias. — Conclusão: Constitucional e jurídico o Projeto e pela rejeição da emenda de Plenário. Aprovado, votando com restrições os Senadores Nelson Carneiro e Arnon de Mello. (23-8-72).

Projeto Resolução — Comissão Finanças ao Ofício S-28/72 do Prefeito Municipal de São Paulo, solicitando autorização para contrair empréstimo externo. — Relator: Senador Heitor Dias. — Conclusão: Constitucional e jurídico. Aprovado. (23-8-72).

Projeto Lei Câmara n.º 22/72 — Dá nova redação ao art. 6º do Decreto-lei 2.848, de 7-12-40 (Código Penal), e aos arts. 710 e 711 do Decreto-Lei 3.689, de 3-10-41 (Código do Processo Penal). — Relator: Senador Nelson Carneiro. — Conclusão: Constitucional e jurídico e favorável quanto ao mérito. Aprovado. (23-8-72).

Projeto Resolução Comissão Economia à Mensagem n.º 146/72, do Presidente da República, submetendo ao Senado proposta do Min. Fazenda levantamento proibição contida na Resolução 58/68, do S.F., possibilitando Governo Estado Rio Grande Sul do aumentar limite endividamento público. — Relator: Senador Heitor Dias. — Conclusão: Constitucional e jurídico. Aprovado. (30-8-72).

Projeto Lei Senado n.º 32/72: Determina que todos os benefícios concedidos pelo INPS sejam reajustados em proporção ao salário-mínimo vigente na data de seu início eliminando desigualdade de critérios. — Relator: Senador Heitor Dias. — Conclusão: Diligência junto ao MTPS. Aprovado. (30-8-72).

Projeto Lei Senado n.º 34/72: Determina a divulgação dos critérios e dados utilizados pelo Governo na fixação da taxa de produtividade nacional para fins de reajuste salarial. — Relator: Senador José Augusto. — Conclusão: Constitucional e jurídico. Aprovado. (30-8-72).

Projeto Lei Senado n.º 37/72: Acrescenta o § 4º ao art. 17 do Decreto-lei 61, de 21-11-66, para autorizar o pagamento das quotas do Fundo Rodoviário Nacional aos Municípios, no caso que especifica. — Relator: Senador Helvídio Nunes. — Conclusão: Constitucional e jurídico. Aprovado. (30-8-72).

Projeto Lei Câmara n.º 29/72: Modifica os incisos IV do art. 13 e III do art. 18 da Lei 5.700, de 1-9-71, que dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais. — Relator: Senador Wilson Gonçalves. — Conclusão: Favorável quanto ao mérito. Aprovado. (30-8-72).

DISTRIBUIÇÃO

Em 2-8-72

Ao Senador Heitor Dias

PLS N.º 32/72 — Determina que todos os benefícios concedidos pelo INPS sejam reajustados em proporção ao salário-mínimo vigente na data de seu início, eliminando desigualdade de critérios.

Ao Senador Arnon de Mello

PLS N.º 31/72 — Estabelece que a sentença normativa da Justiça do Trabalho fixará, também, um piso salarial ou limite mínimo de remuneração para a categoria profissional.

Ao Senador José Augusto

PLS N.º 30/72 — Isenta da contribuição para o INPS a prestação de serviços não remunerados na construção, de casas populares pelo sistema de mutirão, acrescentando parágrafo único ao art. 79, VI, da Lei Orgânica da Previdência Social.

Ao Senador Nelson Carneiro

PLS N.º 29/72 — Dispõe sobre a fabricação, o comércio e o uso de artigos pirotécnicos.

Ao Senador Wilson Gonçalves

Ofício S-20/72 (500/P/MC/72) do Presidente do S.T.F.

Ao Senador Gustavo Capanema

Projeto Resolução N.º 23/72 — Altera o art. 392 do Regimento Interno.

Ao Senador Helvídio Nunes

Projeto Resolução N.º 19/72 — Altera dispositivos do Regimento Interno.

Ao Senador Eurico Rezende

Projeto Resolução n.º 21/72 — Assegura às entidades de classe o direito de se pronunciarem sobre proposições em andamento no Senado e disciplina esse direito.

Em 9-8-72

Ao Senador Antônio Carlos

Mensagem n.º 143/72 do Presidente da República levantamento proibição contida na Resol. 58/68, do S.F., para a Pref. Mun. de Irajá (SC).

Ao Senador Heitor Dias

Mensagem n.º 144/72 do Presidente da República levantamento proibição contida na Resol. 58/68, do S.F., para a Pref. Mun. de Jaú (SP).

Ao Senador José Augusto

Mensagem n.º 145/72 do Presidente da República levantamento proibição contida na Resol. 58/68, do S.F., a fim Governo do Estado de São Paulo possa aumentar limite de endividamento público com emissão de Bônus Rotativos.

Em 10-8-72

Ao Senador Arnon de Mello

Projeto Lei Câmara N.º 300/66 — Facilita aos agrônomos veterinários, que se estabelecerem em zona rural, assistência econômica, por meio de empréstimos preferenciais a longo prazo.

Em 14-8-72

Ao Senador Heitor Dias

PLS N.º 33/72 — Destina parte da receita da Loteria Esportiva às Santas Casas de Misericórdia, alterando o Decreto-lei n.º 594, de 27-5-69.

Ao Senador José Augusto

PLS N.º 34/72 — Determina a divulgação dos critérios e dados utilizados pelo Governo na fixação da taxa de produtividade nacional para fins de reajustamento salarial.

Em 16-8-72

Ao Senador Nelson Carneiro

Projeto Lei Câmara N.º 22/72 — Dá nova redação ao art. 60 do Decreto-lei 2.848, de 7-12-40 (Código Penal), e aos arts. 710 e 711 do Decreto-lei 3.689, de 3-10-41 (Código do Processo Penal).

Em 22-8-72

Ao Senador Arnon de Mello

PLS N.º 35/72 — Dispõe sobre as condições do parcelamento da terra quanto ao seu dimensionamento.

Ao Senador Accioly Filho

Projeto Lei Câmara N.º 23/72 — Dispõe sobre a obrigatoriedade de se fazer constar o número do CIC ou CGC nas publicações de títulos protestados ou apontados.

Em 23-8-72

Ao Senador Heitor Dias

PLC N.º 12/72 — Dispõe sobre a inscrição em prova de habilitação à livre-docênciaria.

Ofício S-28/72 do Pref. Mun. de S. Paulo solicitando autorização para contrair empréstimo externo.

Em 29-8-72

Ao Senador Wilson Gonçalves

Projeto Lei Câmara N.º 29/72 — Modifica os incisos IV do art. 13 e III do art. 18 da Lei 5.700, de 1-9-71, que dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais.

Ao Senador Helvídio Nunes

Projeto Lei Senado N.º 37/72 — Acrescenta o § 4.º ao art. 17 do Decreto-lei 61, de 21-11-66, para autorizar o pagamento de quotas do Fundo Rodoviário Nacional aos Municípios, no caso em que especifica.

Ao Senador José Lindoso

Projeto Decreto Legislativo N.º 16/72 — Cria a Ordem do Congresso Nacional.

Ao Senador Antônio Carlos

Projeto Lei Senado N.º 38/72 (Complementar) — Exclui das inelegibilidades casos de simples denúncia, modificando a alínea n do inciso I do art 1.º da Lei Complementar n.º 5, de 29-4-70.

Ao Senador Heitor Dias

Mensagem N.º 146/72 do Presidente da República submetendo à deliberação do Senado proposta do Ministro da Fazenda levantamento proibição contida na Resol. n.º 58/68, do S.F., a fim Governo do Estado do Rio Grande do Sul poder aumentar o limite de endividamento público, com emissão de Títulos, visando obter recursos complementares destinados ao atendimento de obras rodoviárias.

Ao Senador Osires Teixeira

Projeto Lei Senado N.º 36/72 — Dispõe sobre licença de servidor público no exercício de cargo eletivo não remunerado.

RESUMO

Reuniões Ordinárias	4
Reuniões Extraordinárias	—
Projetos distribuídos	25
Projetos relatados	25
Projetos em diligência	1
Pedidos de vista	1
Publicação para estudo	—
Ofícios expedidos	1
Ofícios recebidos	1

Emendas apresentadas	1
Subemendas apresentadas	—
Substitutivos	1
Projetos de Resolução	1
Declarações de voto	4

Brasília, 30 de agosto de 1972. — **Maria Helena Bueno Brandão**, Secretária da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE FINANÇAS

Relatório Correspondente ao Mês de Agosto de 1972

Presidente: Senador João Cleofas

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo

PARECERES PROFERIDOS

Projeto de Decreto Legislativo n.º 9, de 1972, que aprova a aposentadoria de Rômulo Cardim, no cargo de Ministro Classista do Tribunal Superior do Trabalho. — Relator: Senador Geraldo Mesquita. — Conclusão: Favorável, aprovada em 22-8-72.

Ofício S-27, de 1972, do Senhor Ministro da Fazenda, encaminhando o Relatório do Conselho Monetário Nacional, referente ao exercício de 1971, elaborado pelos órgãos técnicos do Banco Central do Brasil. — Relator: Senador Lourival Baptista. — Conclusão: Pelo arquivamento, bem como sua publicação, na íntegra no DCN Senado — Aprovado 22-8-72.

Ofício S-28, de 1972, do Senhor Prefeito do Município de São Paulo, solicitando ao Senado Federal a competente autorização para que a Companhia do Metropolitano de São Paulo — METRÔ — possa realizar uma operação de empréstimo externo com bancos estrangeiros, liderados por SAMUEL MONTAGU & Co. Ltd., para fins de cobertura dos custos de anéis de segmentos destinados ao revestimento dos túneis do trecho três da linha prioritária Norte/Sul do Metropolitano. — Relator: Senador Franco Montoro. — Conclusão: Favorável, apresentado Projeto de Resolução. Aprovado em 22-8-72.

Projeto de Lei do Senado n.º 17/72 que dá nova redação ao artigo 397 da Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 — Consolidação das Leis do Trabalho. — Relator: Senador Wilson Gonçalves. — Conclusão: Parecer Contrário. Aprovado em 22-8-72.

Projeto de Lei da Câmara n.º 26/72 dispõe sobre a isenção do imposto sobre produtos industrializados na aquisição de veículos automotores de fabricação nacional. — Relator: Senador Ruy Santos. — Conclusão: Parecer favorável, aprovado em 22-8-72.

Projeto de Lei da Câmara n.º 24/72, autoriza o Instituto do Açúcar e do Álcool a alienar destilarias Centrais de Pernambuco, Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais e dá outras providências. — Relator: Senador Ruy Santos. — Conclusão: Parecer favorável, Aprovado em 22-8-72.

Projeto de Lei do Senado n.º 30/72, isenta da contribuição para o Instituto Nacional de Previdência Social a prestação de serviços não remunerados na construção de casas populares pelo sistema de mutirão, acrescentando § único ao artigo 79 da Lei Orgânica da Previdência Social. — Relator: Senador Saldanha Derzi. — Conclusão: Audiência do M.T.P.S. através do Gabinete Civil da Presidência da República. Aprovado com restrições dos Srs. Senadores Franco Montoro e Danton Jobim em 22-8-72.

SÍNTSE

Reunião realizada	1
Pareceres proferidos	7
Projetos distribuídos	10

Ofícios recebidos	5
Ofícios expedidos	3
Projeto Apresentado	1

Comissão de Finanças em 30 de agosto de 1972. — **Hugo Rodrigues Figueiredo**, Secretário.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

Relatório Correspondente ao Mês de Agosto de 1972

Presidente: Senador Franco Montoro

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga

PARECERES PROFERIDOS

Projeto de Lei do Senado n.º 11, de 1971 — “Institui o salário-família de esposa ou companheira de segurado pelo INPS”. — Relator: Senador Paulo Tôrres. — Conclusão: Parecer pela rejeição — Relatado em 9-8-72 — Aprovado.

Projeto de Lei do Senado n.º 23, de 1972 — “Altera o artigo 132 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1943, que dispõe sobre a duração das férias”. — Relator: Senador Paulo Tôrres. — Conclusão: Relatado em 9-8-72 — Parecer pela rejeição — Aprovado.

Projeto de Lei do Senado n.º 17, de 1972 — “Dá nova redação ao art. 397, da Lei n.º 5.453, de 1.º de maio de 1943 — CLT”. — Relator: Senador Orlando Zancaner. — Conclusão: Relatado em 9-8-72 — Parecer pela rejeição — Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara n.º 19, de 1972 — “Acréscita parágrafo ao artigo 131 da CLT, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1-5-1943”. — Relator: Heitor Dias. — Conclusão: Relatado em 17-8-72 — Parecer pela aprovação. Aprovado.

Projeto de Lei do Senado n.º 30, de 1972 — “Isenta da contribuição para o INPS a prestação de serviços não remunerados na construção de casas populares pelo sistema do mutirão, acrescentando parágrafo único ao art. 79, VI da Lei Orgânica da Previdência Social”. — Relator: Senador Heitor Dias. — Conclusão: Relatado em 17-8-72 — Parecer pela aprovação. Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara n.º 17, de 1972 — “Acréscita § 4.º ao art. 461 da CLT, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943”. Relator: Senador Wilson Campos. Conclusão: Relatado em 17-8-72 — Parecer pela aprovação. Aprovado.

Projetos de Lei do Senado n.ºs 18 e 22, de 1971 — “Determina que o reajuste das aposentadorias, pensões e outros benefícios do INPS seja feito na mesma data da alteração do salário-mínimo, dando nova redação ao parágrafo 1.º do artigo 67 da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social). Relator: Senador Heitor Dias. — Conclusão: Relatado em 24-8-72 — Parecer pela aprovação da Emenda n.º 1 — de Plenário. Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara n.º 16, de 1972 — “Cria a Ordem dos Professores do Brasil e dá outras providências”. Relator: Senador Orlando Zancaner. — Conclusão: Relatado em 31-8-72 — Parecer pela rejeição; Aprovado.

Projeto de Lei do Senado n.º 31, de 1972 — “Estabelece que a sentença normativa da Justiça do Trabalho fixará, também, um piso salarial ou limite mínimo de remuneração para a categoria profissional e dá outras providências”. Relator: Senador Heitor Dias. — Conclusão: Relatado em 31-8-72 — Parecer pela aprovação; Aprovado.

Projeto de Lei do Senado n.º 33, de 1972 — “Destina parte da receita da Loteria Esportiva às Santas Casas de Misericórdia, alterando o Decreto-lei n.º 594, de 27 de maio de 1969. Relator: Senador Paulo Tôrres. — Conclu-

são: Relatado em 31-8-72 — Parecer pela aprovação; Aprovado.

Projeto de Lei do Senado n.º 10, de 1972 — "Restaura a aposentadoria com proventos integrais, do ex-combatente segurado do INPS e dá outras providências". Relator: Senador Paulo Tôrres. — Conclusão: Relatado em 31-8-72 — Parecer pela aprovação; Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara n.º 18, de 1972 — Estende aos vigias o regime de trabalho instituído no art. 58 da CLT, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5452, de 1.º de maio de 1943. — Distribuído ao Sr. Senador Heitor Dias em 4-8-72.

Projeto de Lei do Senado n.º 20, de 1972 — Dá nova redação ao art. 6.º do Decreto-lei n.º 710, de 28 de julho de 1969, que altera a legislação de previdência social". — Distribuído ao Sr. Senador Paulo Tôrres em 15-8-72.

Projeto de Lei do Senado n.º 46, de 1968 — Dispõe sobre a contribuição dos profissionais liberais para a previdência social, acrescentando parágrafos ao artigo 77 da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social). — Distribuído ao Sr. Senador Accioly Filho em 8-8-72.

Projeto de Lei do Senado n.º 59, de 1968 — Dispõe sobre a contribuição dos advogados como trabalhadores autônomos, segurados obrigatórios do Instituto Nacional de Previdência Social. — Distribuído ao Sr. Senador Accioly Filho em 8-8-72.

Projeto de Lei do Senado n.º 15, de 1971 — Fixa em dez vezes o valor do salário-mínimo regional o salário-base dos médicos e dá outras providências. — Distribuído ao Sr. Senador Accioly Filho em 8-8-72.

Projeto de Lei do Senado n.º 104, de 1971 — Estabelece critérios para a fixação do salário-base e dispõe sobre a contribuição dos profissionais liberais para o Instituto Nacional de Previdência Social — INPS, acrescentando parágrafo ao artigo 17 da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960 (redação dada pelo artigo 19 do Decreto-lei n.º 86, de 21 de novembro de 1966) e dá outras providências". — Distribuído ao Sr. Senador Accioly Filho.

Projeto de Lei do Senado n.º 18, de 1971 — "Altera disposição da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960. — Distribuído ao Sr. Senador Heitor Dias em 10-8-72.

Projeto de Lei do Senado n.º 22, de 1971 — "Determina que o reajuste das aposentadorias, pensões e outros benefícios do INPS seja feito na mesma data da alteração do salário-mínimo, dando nova redação ao parágrafo 1.º do artigo 67 da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social). — Distribuído ao Sr. Senador Heitor Dias em 10-8-72.

Projeto de Lei da Câmara n.º 19, de 1972 — "Acrescenta parágrafo ao art. 131 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943". — Distribuído ao Sr. Senador Heitor Dias em 15-8-72.

Projeto de Lei do Senado n.º 30, de 1972 — Isenta da contribuição para o INPS a prestação de serviços não remunerados na construção de casas populares pelo sistema do mutirão, acrescentando parágrafo único ao art. 79, VI, da Lei Orgânica da Previdência Social. — Distribuído ao Sr. Senador Heitor Dias em 17-8-72.

Projeto de Lei do Senado n.º 31, de 1972 — Estabelece que a sentença normativa da Justiça do Trabalho, fixará, também, um piso salarial ou limite mínimo de remuneração para a categoria profissional e dá outras providências". — Distribuído ao Sr. Senador Heitor Dias em 18-8-72.

Projeto de Lei do Senado n.º 10, de 1972 — Restaura a aposentadoria com proventos integrais do ex-combatente segurado do INPS e dá outras providências. — Distribuído ao Sr. Senador Paulo Tôrres em 18-8-72.

Projeto de Lei do Senado n.º 33, de 1972 — Destina parte da receita da Loteria Esportiva às Santas Casas de Misericórdia, alterando o Decreto-lei n.º 594, de 27 de maio de 1969. — Distribuído ao Sr. Senador Paulo Tôrres em 24-8-72.

Projeto de Lei da Câmara n.º 17, de 1972 — "Acrecenta § 4.º ao art. 461 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943. — Distribuído ao Sr. Senador Wilson Campos em 4-8-72.

SÍNTESE

Reuniões realizadas	4
Pareceres proferidos	11
Projetos distribuídos	14
Pedido de vista	1

Brasília (DF), em 31 de agosto de 1972. — Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Secretário.

COMISSÃO DE RELAÇÃO EXTERIOR

Relatório Correspondente ao mês de agosto de 1972

Presidente: Senador Carvalho Pinto

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga

PARECERES PROFERIDOS

Projeto de decreto Legislativo n.º 3, de 1971 — "Aprova o Acordo de Co-produção Cinematográfica entre a República Federativa do Brasil e a Itália, firmado em Roma a 9 de novembro de 1970." — Relator: Senador Franco Montoro. — Conclusão: O parecer da Comissão foi pela aprovação — Relatado em 16.8.72.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 14, de 1972 — "Aprova o texto do Convênio Constitutivo do "Fundo de Desenvolvimento" previsto pelo Protocolo Adicional ao Tratado sobre Ligação Ferroviária, de 25 de fevereiro de 1938, celebrado entre os Governos da República da Bolívia e da República Federativa do Brasil em 23 de julho de 1964, o qual foi assinado em Corumbá, a 4 de abril de 1972." — Relator: — Senador Saldanha Derzi. — Conclusão: Relatado em 22.8.72; Parecer pela aprovação; Aprovado.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 15, de 1972 — "Aprova o texto dos Estatutos da Organização Mundial do Turismo, resultantes da transformação dos Estatutos da União Internacional de Organismos Oficiais de Turismo e aprovados em reunião realizada na Cidade do México de 17 a 28 de setembro de 1970." — Relator: Senador Danton Jobim. — Conclusão: Relatado em 22.8.72; Parecer pela aprovação; Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara n.º 26, de 1972, — "Dispõe sobre a isenção do imposto sobre produtos industrializados na aquisição de veículos automotores de fabricação nacional". — Relator: Senador José Sarney. — Conclusão: Relatado em 23.8.72 Parecer pela aprovação Aprovado.

Mensagem n.º 142, de 1972 — Do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal a escolha do Diplomata José Sette Câmara, Ministro de Primeira Classe, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Governo da República Socialista Tcheco-Eslováquia — Relator: Senador Filinto Müller. — Conclusão: Relatado em 8.8.72.

Mensagem n.º 148, de 1972 — Do Sr. Presidente da República, submetendo a aprovação do Senado Federal a escolha do Diplomata Lyle Amaury Tarris da Fontoura, Embaixador em Accra, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Governo da República do Togo". — Relator: Senador Virgílio Távora. — Conclusão: Relatado em 15.8.72.

SÍNTESE

Pareceres proferidos	6
Projetos Distribuídos	2
Mensagem Distribuídas	2
Reuniões Realizadas	4

Brasília (DF), em 31 de agosto de 1972; Marcus Vinícius Goulart Gonzaga, Secretário.

COMISSÃO DE SAÚDE

Relatório Correspondente ao mês de agosto de 1972

Presidente: Senador Fernando Corrêa

Secretário: Léda Ferreira da Rocha

PARECERES PROFERIDOS

Projeto de Lei da Câmara n.º 15, de 1972. — Torna obrigatória em todo o território nacional a flupretação da área para abastecimento, quando exista estação de tratamento, e dá outras providências. — Relator: Senador Adalberto Sena. — Conclusão: Audiência ao Ministério da Saúde, aprovado em 22.07.72.

SÍNTESE

Número de reuniões	1
Parecer proferido	2
Expediente recebido	3
Ofícios recebidos	5
Ofícios expedidos	60

Comissão de Saúde, em 31 de agosto de 1972. — Léda Ferreira da Rocha, Secretária.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

Relatório Correspondente ao Mês de Agosto de 1972

Presidente: Senador Amaral Peixoto

Secretário: J. Ney Passos Dantas

PARECERES PROFERIDOS

Projeto de Lei da Câmara n.º 14, de 1972 (n.º 675-B/72 — na Casa de Origem), que "revoga os §§ 1.º e 2.º do art. 6.º e o parágrafo único do art. 19 da Lei n.º 4.878, de 3 de dezembro de 1965, que dispõe sobre o regime jurídico peculiar aos funcionários policiais civis da União e do Distrito Federal." — Relator: Tarso Dutra. — Conclusão: Parecer, pela aprovação, aprovado em 09-08-72.

DISTRIBUIÇÃO

Em 29-08-72

— Ao Senhor Senador Jessé Freire

— Projeto de Lei da Câmara n.º 28, de 1972, que "inclui a Associação dos Pensionistas do Serviço Público e congêneres entre as entidades consignatárias de que trata a Lei n.º 1.046, de 2 de janeiro de 1950, que dispõe sobre a consignação em folha de pagamento."

SÍNTESE

— Reunião realizada	1
— Parecer proferido	1
— Projeto relatado	1
— Projetos em tramitação	3
— Ofícios expedidos	2
— Ofícios recebidos	3

Senado Federal, em 31 de agosto de 1972. — J. Ney Passos Dantas, Secretário da Comissão.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Relatório Correspondente ao Mês de Agosto de 1972

Presidente: Senador Leandro Maciel

Secretária: Léda Ferreira da Rocha

PARECERES PROFERIDOS

1.ª — Reunião Especial destinada ao pronunciamento do Engenheiro Elizeu Rezende — Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, no dia 9 de agosto, às 15:00 horas no Auditório do Senado Federal.

Projeto de Lei do Senado n.º 1, de 1968 — altera o Decreto-lei n.º 73, de 1966, excluindo a obrigatoriedade do seguro de responsabilidade civil dos proprietários de veículos automotores terrestre. — Relator: Senador Leandro Maciel. — Conclusão: parecer pela rejeição, aprovado, em 10-08-72.

Projeto de Lei do Senado n.º 21, de 1972 — altera o Decreto-lei n.º 791, de 1969, que dispõe sobre o pedágio em rodovias federais. — Relator: Senador Geraldo Mesquita. — Conclusão: audiência ao Ministério dos Transportes, aprovado em 10-08-72.

SÍNTESE

Número de reuniões	2
Pareceres proferidos	2
Expediente recebido	10
Telex expedido	3
Telex recebido	4
Ofícios recebidos	5
Ofícios expedidos	70

Comissão de Transportes, em 31 de agosto de 1972. — Léda Ferreira da Rocha, Secretária.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 51, de 1972, do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.235, de 21 de agosto de 1972, que "concede isenção da taxa de armazenagem e dá outras providências".

1.ª REUNIÃO, DE INSTALAÇÃO, REALIZADA EM 5 DE SETEMBRO DE 1972

As 16 horas do dia 5 de setembro de 1972, no Auditório do Senado Federal, presentes os Srs. Senadores Wilson Campos, Mattos Leão, Fernando Corrêa, Antônio Fernandes, Waldemar Alcântara e Celso Ramos e os Srs. Deputados Lomanto Júnior, Oceano Carleial, Jorge Vargas, Brasílio Caiado, José Alves e Antônio Pontes, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 51, de 1972, do Sr. Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.235, de 21 de agosto de 1972, que "concede isenção da taxa de armazenagem e dá outras providências".

De acordo com dispositivo regimental, assume a presidência o Sr. Senador Celso Ramos que declara instalação dos trabalhos da Comissão, determinando providências no sentido de se proceder à eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas o Sr. Presidente designa para funcionar como escrutinador o Sr. Deputado José Alves.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente

Senador Antônio Fernandes	11 votos
Senador Wilson Campos	1 voto

Para Vice-Presidente

Senador Ruy Carneiro 12 votos

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão os Srs. Senadores Antônio Fernandes e Ruy Carneiro.

Assumindo a Presidência o Sr. Senador Antônio Fernandes agradece a seus colegas a honra com que foi distinguido e designa para relatar a matéria o Sr. Deputado Brasílio Caiado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Geraldo Sobral Rocha, Secretário da Comissão, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Antônio Fernandes

Vice-Presidente: Senador Ruy Carneiro

Relator: Deputado Brasílio Caiado

ARENA**Senadores**

1. Osires Teixeira
2. Wilson Campos
3. Augusto Franco
4. Mattos Leão
5. Fernando Corrêa
6. Antônio Fernandes
7. Luiz Cavalcante
8. Waldemar Alcântara
9. José Sarney
10. Celso Ramos

Deputados

1. Lomanto Júnior
2. Oceano Carlejal
3. Januário Feitosa
4. Jorge Vargas
5. Brasílio Caiado
6. José Alves
7. João da Câmara
8. Osmar Leitão

MDB

1. Ruy Carneiro

1. Ário Theodoro
2. Adalberto Camargo
3. Antônio Pontes

CALENDÁRIO

Dia 5-9-72 — É lida a Mensagem, em Sessão Conjunta; Apresentação do parecer, pela Comissão, de acordo com o art. 110 do Regimento Comum.

PRAZO

Até dia 25-9-72 na Comissão Mista;

Até dia 21-10-72 no Congresso Nacional.

Diretoria das Comissões: Seção de Comissões Mistas — 11.º andar — Anexo do Senado Federal — Secretário: Geraldo Sobral Rocha — Telefone: 24-8105 — Ramais 312 e 303.

AVISO

- 1 — A Comissão receberá emendas nos dias 7 (sete), 8 (oito), 9 (nove), 10 (dez), 11 (onze), 12 (doze), 13 (treze) e 14 (quatorze) do corrente mês;
- 2 — As emendas deverão ser encaminhadas ao 11.º andar do anexo do Senado Federal, nos horários das 9:00 (nove) às 19:00 (dezenove) horas e, durante a noite, quando houver sessão em qualquer das duas Casas do Congresso Nacional;
- 3 — Término do prazo para apresentação de emendas na Comissão: dia 14, às 19:00 horas;

4 — As emendas só serão recebidas quando o original vier acompanhado de três cópias;

5 — Ao término do prazo de recebimento de emendas, será aberto o prazo de 24 (vinte e quatro) horas constantes do § 2.º do artigo 11 do Regimento Comum, para recebimento de recursos;

6 — Durante o decorrer do citado período, haverá, na Secretaria da Comissão, plantão ininterrupto para recebê-los; e

7 — A apresentação do parecer do relator perante a Comissão dar-se-á no dia 19 (dezenove) de setembro, às 21:00 horas, no auditório do Senado Federal.

Congresso Nacional, em 6 de setembro de 1972. — Wilson Gonçalves, Presidente.

Local de funcionamento ininterrupto da Secretaria da Comissão: Diretoria das Comissões, Seção de Comissões Mistas, 11.º Andar do Anexo do Senado. Fone: 24-8105 — Ramais 303 e 314 — Secretária: Leda Ferreira da Rocha.

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Deputado Pedro Ivo

Relator: Deputado Adhemar Ghisi

ARENA**Senadores**

1. Virgílio Távora
2. Benedito Ferreira
3. Paulo Torres
4. Clodomir Millet
5. Ney Braga
6. Wilson Gonçalves
7. Jessé Freire
8. José Lindoso
9. Guido Mondin
10. Flávio Brito

Deputados

1. Passos Porto
2. Adalberto Hoffmann
3. Airon Rios
4. Adhemar Ghisi
5. Bento Gonçalves
6. Hannequim Dantas
7. Paulo Ferraz
8. Jarmund Nasser

MDB

1. Amaral Peixoto

1. João Arruda
2. Lisâneas Maciel
3. Pedro Ivo

CALENDÁRIO

Dia 6-9 — É lido o projeto, em Sessão Conjunta;

Dia 6-9 — Instalação da Comissão, eleição do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator;

Dias 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14/9 — Apresentação de emendas, perante a Comissão;

Dia 19-9 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 21:00 horas, no Auditório do Senado Federal;

Até dia 27-9 — Apresentação do parecer, pela Comissão;

— Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, a ser convocada tão logo seja publicado e distribuído em avulso o parecer da Comissão Mista.

— Prazo: Início — dia 7/9; e término — dia 17/10.

— Secretaria: Leda Ferreira Rocha.

Diretoria das Comissões — Seção de Comissões Mistas — 11.º andar — Anexo — Senado Federal. Telefone: 24-8105 — Ramais 303 e 314.

M E S A		LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA
Presidente:	4.º-Secretário:	Líder: Filinto Müller (ARENA — MT)
Petrônio Portella (ARENA — PI)	Duarte Filho (ARENA — RN)	Vice-Líderes: Ruy Santos (ARENA — BA) Eurico Rezende (ARENA — ES)
1.º-Vice-Presidente: Carlos Lindenberg (ARENA — ES)	1.º-Suplente: Renato Franco (ARENA — PA)	Antônio Carlos (ARENA — SC) Dinarte Mariz (ARENA — RN)
2.º-Vice-Presidente: Ruy Carneiro (MDB — PB)	2.º-Suplente: Benjamin Farah (MDB — GB)	José Lindoso (ARENA — AM) Saldanha Derzi (ARENA — MT)
1.º-Secretário: Ney Braga (ARENA — PR)	3.º-Suplente: Lenoir Vargas (ARENA — SC)	Osires Teixeira (ARENA — GO)
2.º-Secretário: Clodomir Milet (ARENA — MA)	4.º-Suplente: Teotônio Vilela (ARENA — AL)	Benedito Ferreira (ARENA — GO)
3.º-Secretário: Guido Mondin (ARENA — RS)		LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA
		Líder: Nelson Carneiro (MDB — GB)
		Vice-Líderes: Danton Jobim (MDB — GB) Adalberto Sena (MDB — AC)

COMISSÕES

Diretora: Edith Balassini
Local: 11.º andar do Anexo
Telefones: 24-1009 e 24-8105 — Ramal 300.

A) COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Francisco José Fernandes
Local: Anexo — 11.º andar
Telefone: 24-8105 — Ramal 301.

1) COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Guerra
Vice-Presidente: Mattos Leão

TITULARES SUPLENTES

	ARENA
Antônio Fernandes	Tarso Dutra
Vasconcelos Torres	João Cleofas
Paulo Guerra	Fernando Corrêa
Daniel Krieger	
Flávio Britto	
Mattos Leão	

MDB

Amaral Peixoto Adalberto Sena

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas
Local: Sala das Reuniões da Comissão de Finanças.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Waldemar Alcântara
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

TITULARES SUPLENTES

	ARENA
José Guiomard	Saldanha Derzi
Waldemar Alcântara	Osires Teixeira
Dinarte Mariz	Lourival Baptista
Wilson Campos	
José Esteves	
Benedito Ferreira	

MDB

Adalberto Sena Franco Montoro

Secretário: Geraldo Sobral Rocha — R. 312
Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas
Local: Auditório.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger

Vice-Presidente: Accioly Filho

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

José Lindoso	Orlando Zancaner
José Sarney	Osires Teixeira
Arnon de Mello	João Calmon
Helvídio Nunes	Mattos Leão
Antônio Carlos	Vasconcelos Torres
Eurico Rezende	Carvalho Pinto
Heitor Dias	
Gustavo Capanema	
Wilson Gonçalves	
José Augusto	
Daniel Krieger	
Accioly Filho	

MDB

Nelson Carneiro Franco Montoro

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305
Reuniões: Quartas-feiras, às 15 horas
Local: Auditório.

4) COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cattete Pinheiro

Vice-Presidente: Adalberto Sena

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Dinarte Mariz	Paulo Tôrres
Eurico Rezende	Luiz Cavalcante
Cattete Pinheiro	Waldemar Alcântara
Benedito Ferreira	José Lindoso
Osires Teixeira	Filinto Müller
Fernando Corrêa	
Saldanha Derzi	
Heitor Dias	
Antônio Fernandes	
José Augusto	

MDB

Adalberto Sena Nelson Carneiro

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306
Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

5) COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Magalhães Pinto

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Magalhães Pinto	Domicio Gondim
Vasconcelos Torres	José Augusto
Wilson Campos	Geraldo Mesquita
Jessé Freire	Flávio Britto
Augusto Franco	Leandro Maciel
Orlando Zancaner	
Paulo Guerra	
Milton Cabral	
Helvídio Nunes	
Luiz Cavalcante	

MDB

Amaral Peixoto	Franco Montoro
----------------	----------------

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões do Gabinete do Presidente da Comissão.

6) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gustavo Capanema

Vice-Presidente: João Calmon

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Gustavo Capanema	Arnon de Mello
João Calmon	Helvídio Nunes
Tarso Dutra	José Sarney
Geraldo Mesquita	
Cattete Pinheiro	
Milton Trindade	

MDB

Benjamin Farah	Adalberto Sena
----------------	----------------

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

7) COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Cleofas

Vice-Presidente: Virgílio Távora

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Celso Ramos	Cattete Pinheiro
Lourival Baptista	Antônio Carlos
Saldanha Derzl	Daniel Krieger
Geraldo Mesquita	Milton Trindade
Alexandre Costa	Dinarte Mariz
Fausto Castelo-Branco	Emíval Caiado
Ruy Santos	Flávio Britto
Jessé Freire	Eurico Rezende
João Cleofas	
Carvalho Pinto	
Virgílio Távora	
Wilson Gonçalves	
Mattos Leão	
Tarso Dutra	

MDB

Amaral Peixoto	Nelson Carneiro
Franco Montoro	
Danton Jobim	

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314
Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças — Ramais 172 e 173.**8) COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Franco Montoro

Vice-Presidente: Heitor Dias

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Heitor Dias	Wilson Campos
Domício Gondim	Accioly Filho
Paulo Tôrres	José Esteves
Benedito Ferreira	
Eurico Rezende	
Orlando Zancaner	

MDB

Franco Montoro	Danton Jobim
----------------	--------------

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310

Reuniões: Quartas-feiras, às 18 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Externas.

9) COMISSAO DE MINAS E ENERGIA — (CME)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello
Vice-Presidente: Benjamin Farah

TITULARES **SUPLENTES**

ARENA	
Arnon de Mello	Paulo Guerra
Luiz Cavalcante	Antônio Fernandes
Leandro Maciel	José Guiomard
Milton Trindade	
Domício Gondim	
Orlando Zancaner	

MDB

Benjamin Farah	Danton Jobim
----------------	--------------

Secretário: Marcus Vinícius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

10) COMISSAO DE REDAÇÃO — (CR)

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos
Vice-Presidente: Danton Jobim

TITULARES **SUPLENTES**

ARENA	
Antônio Carlos	Cattete Pinheiro
José Lindoso	Wilson Gonçalves
Filinto Müller	
José Augusto	

MDB

Danton Jobim	Adalberto Sena
--------------	----------------

Secretária: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 130.

Reuniões: Terças-feiras, às 11 horas.

Local: Auditório.

11) COMISSAO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)
(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto
Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Carvalho Pinto	Milton Cabral
Wilson Gonçalves	Fausto Castelo-Branco
Filinto Müller	Augusto Franco
Fernando Corrêa	José Lindoso
Antônio Carlos	Ruy Santos
Arnon de Mello	Cattete Pinheiro
Magalhães Pinto	Jessé Freire
Accioly Filho	Virgílio Távora
Saldanha Derzi	
José Sarney	
Lourival Baptista	
João Calmon	

MDB

Franco Montoro	Amaral Peixoto
Danton Jobim	
Nelson Carneiro	

Secretário: Marcus Vinícius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

12) COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fernando Corrêa
Vice-Presidente: Fausto Castelo-Branco

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Fernando Corrêa	Saldanha Derzi
Fausto Castelo-Branco	Wilson Campos
Cattete Pinheiro	Celso Ramos
Lourival Baptista	
Ruy Santos	
Waldemar Alcântara	

MDB

Adalberto Sena	Benjamin Farah
----------------	----------------

Secretária: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 314.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

13) COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tôrres
Vice-Presidente: Flávio Britto

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Paulo Tôrres	Alexandre Costa
José Lindoso	Orlando Zancaner
Virgílio Távora	Milton Trindade
José Guiomard	
Flávio Britto	
Vasconcelos Torres	

MDB

Benjamin Farah	Amaral Peixoto
----------------	----------------

Secretário: Geraldo Sobral Rocha — Ramal 312.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Local: Auditório.

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Peixoto
Vice-Presidente: Tarso Dutra

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Tarso Dutra	Magalhães Pinto
Augusto Franco	Gustavo Capanema
Celso Ramos	Paulo Guerra

— (CSPC)

14) COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL
Osires Teixeira

Heitor Dias

Jessé Freire

MDB

Amaral Peixoto	Benjamin Farah
----------------	----------------

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas.

teriores.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Ex-

15) COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Leandro Maciel

Vice-Presidente: Alexandre Costa

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Leandro Maciel	Dinarte Mariz
Alexandre Costa	Benedito Ferreira
Luiz Cavalcante	Virgílio Távora
Milton Cabral	
Geraldo Mesquita	
José Esteves	

MDB

Danton Jobim	Benjamin Farah
--------------	----------------

Secretária: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 314

Reuniões: Quartas-feiras, às 17 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

B) COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Comissões Mistas, Especiais e de Inquérito

Chefe: J. Ney Passos Dantas

Local: 11.º andar do Anexo

Telefone: 24-8105 — Ramal 303

1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.

2) Comissões Temporárias para Apreciação de Votos.

3) Comissões Especiais e de Inquérito.

4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

Constituição da República Federativa do Brasil

QUADRO COMPARATIVO

Volume com 328 páginas — Preço: Cr\$ 8,00

Contém, comparadas
em todos os artigos:

Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.
Constituição do Brasil de 24 de janeiro de 1967 (e as alterações introduzidas pelos Atos Institucionais de nºs 5 a 17 e Ato Complementar nº 40/69, ratificado pelo art. 3º do Ato Institucional nº 6/69).
Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946 (com as Emendas Constitucionais e Atos Institucionais que a alteraram).

Em notas, além de outras observações, são destacadas as alterações aprovadas pelo Congresso Nacional, através de emendas, ao Projeto de Constituição remetido ao Congresso pelo Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, em dezembro de 1966.

Trabalho organizado e revisto pela Diretoria de Informação Legislativa e impresso pelo
SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

INELEGIBILIDADES

LEI COMPLEMENTAR Nº 5, DE 29 DE ABRIL DE 1970

"Estabelece, de acordo com a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, art. 151 e seu parágrafo único, casos de inelegibilidades, e dá outras providências."

ÍNDICE — LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.581, DE 26 DE MAIO DE 1970

"Estabelece normas sobre a realização de eleições em 1970, e dá outras providências."

LEGISLAÇÃO CITADA

PREÇO: CR\$ 3,00

Trabalho elaborado, revisado e impresso pelo Serviço Gráfico do Senado Federal

**Serviço Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.503
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,20